TCE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 28.277.411/0001-48

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2019. A Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerem necessários.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018 *(Em milhares de Reais)*

		Consolidado		Controladora	
Ativo	**Nota**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.204	9.427	125	9.417
Contas a receber de clientes	7	202	234	234	234
Impostos e contribuições a recuperar	8	3.702	680	1.757	680
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	146	8	70	8
Adiantamentos a fornecedores		715	–	715	–
Outras contas a receber		360	–	60	–
Total do ativo circulante		9.329	10.349	2.961	10.339
Ativo não circulante					
Ativo fiscal diferido	9	600	511	–	511
Investimento	10	–	–	–	9
Imobilizado	11	130.356	135.227	130.133	135.227
Total do ativo não circulante		130.956	135.738	130.133	135.747
Total do ativo		140.285	146.087	133.094	146.086

		Consolidado		Controladora	
Passivo	**Nota**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Passivo circulante					
Fornecedores	12	614	106	100	105
Empréstimos e financiamentos	13	15.587	15.611	15.587	15.611
Obrigações sociais e trabalhistas		346	–	–	–
Impostos e contribuições a recolher	15	2.013	–	1	–
Adiantamento de clientes	16	11.500	–	7.352	–
Outras contas a pagar		835	–	–	–
Total do passivo circulante		30.895	15.717	23.040	15.716
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	14.240	29.668	14.240	29.668
Passivo descoberto da controlada	10	–	–	664	–
Total do passivo não circulante		14.240	29.668	14.904	29.668
Patrimônio líquido					
Capital social		78.227	78.227	78.227	78.227
Reserva de capital		23.468	23.468	23.468	23.468
Prejuízos acumulados		(6.545)	(993)	(6.545)	(993)
Total do patrimônio líquido	18	95.150	100.702	95.150	100.702
Total do passivo		45.135	45.385	37.944	45.384
Total do passivo e patrimônio líquido		140.285	146.087	133.094	146.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018 *(Em milhares de Reais)*

		Consolidado		Controladora	
	Nota	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Receita de prestação de serviço	19	5.934	1.013	2.809	1.013
Custo da prestação de serviço	20	(6.289)	(1.405)	(3.931)	(1.405)
Prejuízo bruto		(355)	(392)	(1.122)	(392)
Despesas administrativas	20	(3.114)	(117)	(555)	(116)
Outras despesas		(299)	(9)	(297)	(9)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		(3.768)	(518)	(1.974)	(517)
Receitas financeiras	21	207	144	186	144
Despesas financeiras	21	(2.080)	(1.130)	(2.080)	(1.130)
Resultado financeiro líquido		(1.873)	(986)	(1.894)	(986)
Resultado de equivalência patrimonial		–	–	(1.173)	(1)
Resultado antes dos impostos		(5.641)	(1.504)	(5.041)	(1.504)
Imposto de renda e contribuição social diferido	22	89	511	(511)	511
Prejuízo do exercício		(5.552)	(993)	(5.552)	(993)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018 *(Em milhares de Reais)*

	Consolidado		Controladora	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Prejuízo do exercício	(5.552)	(993)	(5.552)	(993)
Resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente total	**(5.552)**	**(993)**	**(5.552)**	**(993)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	**Reserva capital**	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Constituição em 30 de junho de 2017	1	–	–	1
Aumento do capital social - 29 de novembro de 2017	78.226	23.468	–	101.694
Prejuízo do exercício	–	–	(993)	(993)
Em 2018	**78.227**	**23.468**	**(993)**	**100.702**
Prejuízo do exercício	–	–	(5.552)	(5.552)
Em 2019	**78.227**	**23.468**	**(6.545)**	**95.150**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018 *(Em milhares de Reais)*

	Consolidado		Controladora	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Prejuízo do exercício	(5.552)	(993)	(5.552)	(993)
Ajustado por:				
Resultado da equivalência patrimonial	–	–	1.173	1
Depreciação e amortização	5.277	2.195	5.277	2.195
Impostos diferidos	(89)	(511)	511	(511)
Valor líquido das baixas do ativo permanente	33	–	33	–
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	1.998	1.129	1.998	1.128
Benefícios a empregados	346	–	–	–
Variações nos ativos e passivos				
Diminuição/(Aumento) de contas a receber de clientes	32	(234)	–	(234)
Diminuição em partes relacionadas	11.500	–	7.352	–
(Aumento) de impostos e contribuições a recuperar	(3.160)	(688)	(1.139)	(688)
(Aumento) em adiantamento a fornecedor	(715)	–	(715)	–
(Aumento) em outras contas a receber	(360)	–	(61)	–
Aumento de fornecedores	508	106	(5)	105
Aumento de impostos e contribuições a recolher	2.013	–	1	–
Aumento em outras contas a pagar	834	–	–	–
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(1.958)	(599)	(1.958)	(599)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	10.707	405	6.915	404
Aplicação de recursos em investimentos	–	–	(500)	(9)
Aplicação de recursos em imobilizado	(438)	(113)	(215)	(113)
Caixa líquido (usado) nas atividades de investimentos	(438)	(113)	(715)	(122)
Caixa líquido (usado) pelas atividades de financiamento				
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(15.492)	(6.867)	(15.492)	(6.867)
Caixa líquido (usado) nas atividades de financiamento	(15.492)	(6.867)	(15.492)	(6.867)
Decréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa	(5.223)	(6.575)	(9.292)	(6.585)
Demonstração da variação em caixa e equivalentes de caixa				
No final do exercício	4.204	9.427	125	9.417
No início do exercício	9.427	16.002	9.417	16.002
Decréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa	(5.223)	(6.575)	(9.292)	(6.585)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Companhia, constituída em 30 de junho de 2017, é uma sociedade anônima de capital fechado que possui como atividade preponderante a locação de máquina e equipamentos comerciais e industriais, o armazenamento de etanol na cidade de Paulínia e participação em outras sociedades civis, comerciais, como sócia, acionista ou quotista. Em 1º de março de 2018, a Copersucar S.A. transfere as ações nominativas do Terminal de Combustíveis Paulínia S.A. para TCE Participações S.A., esta última originada da junção entre a BP Biofuels Brazil Investments Ltd. e a Copersucar S.A.. Nesta safra foi criada a denominação Opla Logística (nome fantasia) para a Companhia. Na safra 19/20, há a intenção de se realizar a incorporação reversa da TCE Participações no Terminal de Combustíveis Paulínia S.A. Em janeiro de 2019, a Opla inicia suas atividades de armazenagem em Paulínia, antes realizadas pela parte relacionada Copersucar Armazéns Gerais. Atualmente com uma capacidade estática de armazenagem de 180.000 m^3 de etanol e com sistema integrado ao etanolduto da Logum Logística S.A., empresa investida do Grupo Copersucar. Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a Administração fez uma avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. Em 31 de março de 2019, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo de R$ 21.566 e prejuízo do exercício de R$ 5.552. A Companhia vem negociando captações no montante aproximado de R$ 30.000 com instituições financeiras, e esse montante será utilizado para suprir eventuais necessidades de caixa e suportar a operação da Companhia de curto prazo. Dessa forma, a Administração entende que não há risco de continuidade operacional no curto prazo e considera o pressuposto de continuidade para a elaboração destas demonstrações financeiras.

2. Entidade da Companhia

Entidade	**Cidade/Estado - País**	**2019**	**Principais Atividades**
Controlada			
Terminal de Combustíveis Paulínia S.A.	Paulínia/SP - Brasil	100%	(a) Armazenamento de etanol. (b) Participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades.

Constituída em 9 de junho de 2017 mediante instrumento particular de constituição na modalidade de sociedade limitada com o capital social no valor de R$10, divididos em 10.000 cotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada.

3. Base de preparação

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - (CFC). A emissão das demonstrações financeiras foi aprovado pelo Conselho de administração em 07 de junho de 2019. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 5. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **b. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados nos ativos, passivos, receitas e despesas. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As principais estimativas, premissas e julgamentos contábeis significativos são: vida útil do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 5.c.iii), dos ativos e passivos fiscais diferidos (Nota Explicativa nº 9) e instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 14). **d. Mensuração do Valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. A Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível e os valores justos são classificados hierarquicamente, conforme técnicas de avaliação, da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Para este exercício social não há avaliações a valor justo realizadas pela Companhia que se enquadram no Nível 3 definido pelo CPC 40 (item 27a.c.). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Quando aplicável os valores justos, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

4. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecidos nos balanços patrimoniais.

5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao exercício apresentado nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em consonância com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto nos casos indicados em contrário. **a. Base de consolidação:** ***(i) Controlada:*** As demonstrações financeiras de controlada é incluída nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as demonstrações financeiras de controlada é reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial. ***(ii) Transações eliminadas na consolidação:*** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas são eliminados contra o investimento. As perdas não realizadas também são eliminadas a menos que a operação forneça evidências de uma redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo. **b. Imposto de renda e contribuição social:** O encargo de imposto sobre a renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto sobre a renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$ 240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Além disso, pode-se efetuar a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***(i) Imposto diferido:*** O imposto diferido é calculado sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social, bem como sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido na medida que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. ***(ii) Exposições fiscais:*** Na determinação do imposto de renda corrente e diferido o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas. O Grupo acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, levando o Grupo a mudar o seu julgamento quanto à adequação das provisões existentes e, consequentemente, impactar a despesa com imposto de renda no exercício em que forem realizadas. **c. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O custo do imobilizado inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui: materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias de operação, desmontagem e restauração do local onde estes ativos estão localizados; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais no resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro e o custo de manutenção são contabilizados no resultado do exercício conforme incorrido. ***(iii) Depreciação:*** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é reconhecida no resultado utilizando-se o método linear em relação às vidas úteis estimadas. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. As taxas médias anuais ponderadas estimadas individuais e consolidadas para o exercício corrente são as seguintes:

	2019 e 2018
Máquinas e equipamentos	2,86%
Equipamentos de processamento de dados	19,52%
Móveis e utensílios	6,95%
Veículos	8,50%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. **d. Instrumentos financeiros:** ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes e os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente:*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou a valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender a ambas as condições a seguir: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo por meio do resultado (VJR) do investimento em outros resultados abrangentes (VJORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR) caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(iii) Desreconhecimento de um ativo financeiro:*** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. ***(iv) Desreconhecimento de um passivo financeiro:*** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é liquidada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **e. Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **f. Redução ao valor recuperável (*Impairment*):** O Grupo revisa a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável, e sempre que houver evidência objetiva de que tenha ocorrido um evento de perda após o reconhecimento inicial do ativo, e que o evento de perda tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que possam ser estimados de uma maneira confiável. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva o Grupo utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC). Os ativos corporativos do Grupo não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs a qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. **g. Mudanças nas principais políticas contábeis:** Com exceção ao descrito abaixo, as políticas contábeis aplicadas nestas demonstrações financeiras são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício findo em 31 de março de 2018.O Grupo adotou inicialmente o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes e o CPC 48 Instrumentos Financeiros a partir de 1° de abril de 2018. O efeito da aplicação inicial dessas normas é atribuído principalmente: ***A. CPC 47 - Receita de contrato com cliente:*** O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 - Receitas, o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. O Grupo adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecido na data de aplicação inicial (ou seja, em 1° de abril de 2018). Consequentemente, a informação apresentada em 31 de março de 2018 não foi reapresentada e, dessa forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30, CPC 17 e interpretações relacionadas. Com base na avaliação do Grupo, esse requerimento não gerou impacto na contabilização de suas Receitas. ***B. CPC 48 - Instrumentos financeiros: (i) Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros:*** O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A adoção do CPC 48 não teve efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto do CPC 48 na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo. Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado mensurado: a custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender a ambas as condições a seguir: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo por meio do resultado (VJR) do investimento em outros resultados abrangentes (VJORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros do Grupo em 31 de março de 2019.

Consolidado	**Classificação original de acordo com CPC 38**	**Classificação original de acordo com CPC 48**	**Valor original CPC 38**	**Valor original CPC 48**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	Valor justo	4.204	4.204
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	202	202
Adiantamentos a fornecedores	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	715	715
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	360	360
Total de ativos financeiros			**5.481**	**5.481**

Passivos financeiros	**Classificação original de acordo com CPC 38**	**Classificação original de acordo com CPC 48**	**Valor original CPC 38**	**Valor Original CPC 48**
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	29.827	29.827
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	614	614
Adiantamento de clientes	Custo amortizado	Custo amortizado	11.500	11.500
Outras contas a pagar	Custo amortizado	Custo amortizado	835	835
Total de passivos financeiros			**42.776**	**42.776**

(ii) Impairment de ativos financeiros: O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Para o contas a receber de clientes, o Grupo optou pela adoção do expediente prático da matriz de provisão por histórico de perda. As perdas de crédito esperadas foram avaliadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos anos para cada cliente individualmente. O Grupo utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Para os saldos mantidos em aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa não foram identificados impactos relevantes, dados os *ratings* elevados das contrapartes. Com base na avaliação do Grupo, esse requerimento não gerou impacto na contabilização de seus ativos financeiros e contratuais. **h. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: a) CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de abril de 2019. O CPC 06 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar, o CPC 06 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. O Grupo realizou uma análise dos arrendamentos/aluguéis existentes em 31 de março de 2019 e não foi identificado nenhum impacto significativo no Grupo. ***b) IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro:*** A norma esclarece a forma de contabilização de posições fiscais relacionadas ao Imposto de Renda e Contribuição Social. Esta norma é aplicável quando há incertezas quanto à aceitação do tratamento pela autoridade fiscal. Se a aceitação não for provável, os valores de ativos e passivos fiscais devem ser ajustados para refletir a melhor resolução da incerteza. A IFRIC 23 não introduz novas divulgações, mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre (i) julgamentos realizados; (ii) premissas ou outras estimativas utilizadas; e (iii) o impacto potencial de incertezas que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras. A norma é aplicável a partir de 1º de abril de 2019. O Grupo avaliou as mudanças introduzidas por esta nova norma e com base nas análises realizadas, não identificou mudanças materiais que produzam impacto em suas demonstrações financeiras. O método de transição adotado pelo Grupo é o modelo de transição retrospectivo com modificação, do qual, o respectivo pronunciamento passa a ter efeito no balanço a partir da data de adoção, no caso, 1º de abril de 2019, e os números comparativos não são alterados para refletir a prática contábil adotada pelo Grupo. **c) Outras normas:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. - Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9). - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18 (R2)/IAS 28). - Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33/IAS 19). - Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas. - Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS. - IFRS 17 Contratos de Seguros.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Banco - conta movimento	363	109	125	100
Aplicações financeiras	3.841	9.318	–	9.317
Total	**4.204**	**9.427**	**125**	**9.417**

Os saldos de aplicações financeiras são representados por títulos de renda fixa, remunerados por aproximadamente 98% da variação de Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de março de 2019 (99% em 31 de março de 2018), possuindo liquidez diária e a possibilidade de resgate imediato, sem multa ou perda de rendimento. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrange

14. Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo: ***Valor justo versus valor contábil:*** Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Valor Contábil			
	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Valor justo (a)				
Caixa e equivalentes de caixa	4.204	9.427	125	9.417
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	202	234	234	234
Adiantamentos a fornecedores	715	–	715	–
Outras contas a receber	360	–	60	–
Fornecedores	614	106	100	105
Empréstimos e Financiamentos	29.827	45.279	29.827	45.279

(a) a tabela acima fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 2 com base no grau observável do valor justo. As descrições das hierarquias estão demonstradas na Nota Explicativa nº 3 d. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. **b. Gerenciamento de riscos:** A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez e operacional. Atualmente, a política de gerenciamento de risco adota as seguintes premissas: todos os riscos classificados como "prioritários" são identificados, analisados e monitorados; limites de uso de capital são aprovados pela Diretoria; e todas as exposições são reportadas e mensuradas com frequência apropriada. ***Risco de crédito:*** É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. ***Exposição a riscos de crédito:*** A exposição máxima do risco do crédito está substancialmente concentrada nos instrumentos financeiros abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Banco - conta movimento	363	109	125	100
Aplicações financeiras	3.841	9.318	–	9.317
Contas a receber	202	234	234	234
Outras contas a receber	360	–	60	–

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Consolidado	Valor Contábil	6 meses ou menos
2019		
Fornecedores	614	614
2018		
Fornecedores	106	106
Controladora		
2019		
Fornecedores	100	100
2018		
Fornecedores	105	105

Instrumentos de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado. *Instrumentos de taxa variável:* A Companhia não realiza análise de sensibilidade para instrumentos financeiros vinculados as taxas variáveis de juros, pois considera que os possíveis impactos são irrelevantes para as demonstrações financeiras da Companhia. ***Risco operacional:*** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é monitorar os potenciais riscos operacionais visando a mitigar ao máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando assim a eficácia de custos, evitando procedimentos de controle que não são eficazes. ***Gestão de capital:*** A política da Administração é manter uma base de capital suficiente para manter a confiança do investidor, credor e mercado. O principal objetivo é o desenvolvimento futuro de negócios.

15. Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
COFINS	8	–	–	–
PIS	9	–	–	–
IRPJ	28	–	–	–
CSLL	3	–	–	–
ICMS	1.945	–	–	–
ISS	20	–	1	–
Total Circulante	**2.013**	**–**	**1**	**–**

16. Partes relacionadas

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018
Ativo circulante					
Contas a receber (a)					
Copersucar Armazéns Gerais S.A.		–	234	–	234
Terminal de Combustíveis Paulínia S.A.		–	–	234	–
Copersucar S.A.		127	–	–	–
	7	**127**	**234**	**234**	**234**
Passivo circulante					
Fornecedor (b)					
Copersucar S.A.		136	105	–	105
Copersucar Armazéns Gerais S.A.		85	–	–	–
	12	**221**	**105**	**–**	**105**
Adiantamento a clientes (c)					
Terminal de Combustíveis Paulínia S.A.		–	**–**	7.352	**–**
Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo		4.500	–	–	–
BP Biofuels Trading, Comércio, Importação		7.000	–	–	–
	16	**11.500**	**–**	**7.352**	**–**
Valor da transação no exercício					
***Arrendamento* (d)**					
Copersucar Armazéns Gerais S.A.		–	1.116	–	1.116
Terminal de Combustíveis Paulínia S.A.		–	–	7.352	**–**
Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo		4.500	–	–	–
		4.500	**1.116**	**7.352**	**1.116**

Operações com partes relacionadas são transações realizadas entre a Controladora e as partes relacionadas do Grupo Copersucar S.A.: • **Valores ativos** - (a) Contas a receber decorrente de arrendamento. • **Valores passivos** - (b) outras contas a pagar. • **Adiantamento a clientes -** (c) Valores decorrentes ao adiantamento a clientes com BP Biofuels Trading, comércio, importação. • **Arrendamento** (d) - Valores decorrentes do arrendamento do terminal de tancagem de etanol.

17. Arrendamento mercantil operacional

Arrendamento como arrendador: A Companhia arrenda para a Copersucar Armazéns Gerais S.A. o seu terminal de tancagem de etanol na cidade de Paulínia/SP com área total de 360.000 m^2, com capacidade estática de armazenagem de 180.000 m^3 de etanol. A partir de janeiro de 2019 o arrendamento passou a ser para sua controlada Terminal de Combustível de Paulínia S.A.. O exercício do contrato é de 5 anos com vencimento em novembro de 2022. Os pagamentos mínimos futuros sob arrendamento são os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Até um ano	2.808	2.808	2.808	2.808
Acima de um ano - até cinco anos	7.488	10.296	7.488	10.296
Total	**10.296**	**13.104**	**10.296**	**13.104**

Durante o exercício findo em 31 de março de 2019, o montante de R$ 2.808 foi reconhecido como receita de aluguel no resultado da Companhia. (R$ 1.116 em 31 de março de 2018).

18. Patrimônio líquido

O capital social da Companhia é de R$ 78.227 em 31 de março de 2019 e 2018, representado por 101.695.062 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 103.227, mediante a emissão de ações, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. **Reserva de lucros:** ***Reserva legal:*** É constituída à razão de 5% do lucro líquido ajustado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

19. Receita operacional

O efeito da adoção do CPC 47 sobre as receitas de contratos com clientes da Companhia está descrito na Nota Explicativa nº 5h. Devido ao método de transição utilizado na aplicação do CPC 47, as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os novos requisitos. **Fluxos da receita:** A Companhia gera receita principalmente pela prestação de serviços de aluguel, armazenagem e expedição. Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta fiscal - prestação de serviço	6.452	1.116	2.809	1.116
Menos:				
Impostos sobre serviços	(518)	(103)	–	(103)
	5.934	**1.013**	**2.809**	**1.013**

Desagregação da receita de contratos com clientes

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas por categoria de serviços.

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Desagregação por categoria de serviço				
Armazenagem e expedição	3.126	–	–	–
Aluguel	2.808	1.013	2.808	1.013
Total receita de serviços	**5.934**	**1.013**	**2.808**	**1.013**

20. Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Depreciação e amortização	(3.932)	(1.405)	(3.932)	(1.405)
Salários e outras remunerações	(2.188)	–	–	–
Gastos com serviços de terceiros	(1.228)	–	(188)	–
Propaganda e publicidade	(102)	–	(77)	–
Despesas antecipada	(361)	–	(227)	–
Outras despesas	(1.592)	(117)	(62)	(116)
	(9.403)	(1.522)	(4.486)	(1.521)
Classificado como:				
Custo da prestação de serviço	(6.289)	(1.405)	(3.931)	(1.405)
Administrativas	(3.114)	(117)	(555)	(116)

21. Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Juros ativos	207	144	186	144
Despesas financeiras				
Juros passivos	(2.074)	(1.130)	(2.074)	(1.130)
Outras despesas financeiras	(6)	–	(6)	–
Total do resultado financeiro líquido	**(1.873)**	**(986)**	**(1.894)**	**(986)**

22. Despesas de imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente foram gerados fundamentalmente em decorrência do lucro contábil apurado pela Companhia. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(5.641)	(1.504)	(5.041)	(1.504)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal combinada	1.918	511	1.714	511
Adições Permanentes:				
Imposto de renda diferido não constituído	(1.176)	–	(1.176)	–
Imposto de renda diferido baixado	(650)	–	(650)	–
Equivalência Patrimonial	–	–	(399)	–
Outras	(3)	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	89	511	(511)	511
Alíquota efetiva	**13%**	**34%**	**4%**	**34%**
Impostos diferidos	89	511	(511)	511

DIRETORIA

Diretor Geral - **André Luiz Santana Leal**
Diretora Superintendente - **Elzie Cristiane Bonifácio Rosalen**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Roberto Gonçalves Teixeira (Efetivo)
Tomas Caetano Manzano (Efetivo)
Adriano Luiz Miranda Dalbem (Efetivo)
Nadia Ebram Alvarenga Diniz Gama (Efetivo)
Julio Alvarez Boada (Suplente)
José Augusto Durand (Suplente)

CONTADORA

Vanessa Siqueira Samejima
CRC 1SP 238.292/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos administradores e aos conselheiros da
TCE Participações S.A
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TCE Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da TCE Participações S.A. em 31 de março de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidadas para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 07 de junho de 2019

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-027666/F

Fernando Rogério Liani
CRC 1SP229193/O-2